

Concepção e práticas de gestão escolar democrática da Escola Padre Antônio Barbosa – Lajedo, Pernambuco– Brasil

Conception and practices of school democratic management of the School Padre Antônio Barbosa – Lajedo, Pernambuco- Brazil

Walkiria de Fatima Tavares de Almeida¹ Daniel González²

Resumo: *A pesquisa teve como objetivo a análise das concepções e práticas de gestão escolar democrática na Escola Padre Antônio Barbosa na cidade de Lajedo – PE. A relevância deste estudo voltou-se para a escola que se diz democrática, se a mesma permite a participação de todos os seus agentes na tomada de decisão. Optou-se pela abordagem qualitativa, porque segundo Sampieri (2010) busca compreender os fenômenos e interpretar os dados com maior amplitude e clareza. A metodologia deu-se em quatro momentos, o primeiro voltou-se para leitura crítico-reflexivo de teóricos sobre as categorias trabalhadas; em seguida passou-se à parte empírica da pesquisa, fazendo-se uma leitura crítica do Projeto Político Pedagógico. Logo após, aplicou-se um questionário com os participantes e por último analisou-se os dados no qual constata-se que a gestão escolar ainda não tem permitido uma maior participação na tomada de decisão das práticas escolares.*

Palavras-chaves: *Educação de Jovens e Adultos; Gestão Democrática; Projeto Político Pedagógico.*

Abstract: *The objective of the research was to analyze the conceptions and practices of democratic school management at the. In the city of Lajedo - PE. The relevance of this study turned to the school that is called democratic, if it allows the participation of all its agents in the decision making. We chose the qualitative approach, because according to Sampieri (2010) it seeks to understand the phenomena and interpret the data with greater breadth and clarity. The methodology was given in four moments, the first one turned to critical-reflexive reading of theorists on the categories worked; Then the empirical part of the research was carried out, with a critical reading of the Political Pedagogical Project. Subsequently, a questionnaire was applied with the participants and finally the data was analyzed in which it is verified that the*

¹ Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Autónoma de Asunción (UAA) – Paraguay. Graduação em Pedagogia pela UPE. Especialização em Didática do Ensino Superior pela Universidade FATIN. Email: walkiriafatima@hotmail.com

² Universidad de Granada. E-mail: danielgg1963@gmail.com

school management has not yet allowed a greater participation in the decision making of the school practices.

Keywords: *Youth and Adult Education; Democratic management; Political Pedagogical Project*

INTRODUÇÃO

A relação da escola com os demais agentes que a compõem deve ser de compartilhamento e complementaridade no processo de produção do conhecimento e tomada de decisões. Por isso a gestão escolar “demanda maior envolvimento de todos os interessados no processo decisório da escola, mobilizando-os, da mesma forma, na realização das múltiplas ações de gestão” (Lück, 2005, p. 18). É nesse contexto que esse estudo se fundamenta, procurando analisar as concepções e práticas de gestão escolar democrática da Escola Padre Antônio Barbosa, Lajedo – Pernambuco.

A inquietação por essa temática surgiu há mais de uma década, na função de coordenação pedagógica ou no exercício pedagógico, como professora; ambas as funções exercidas em escolas públicas municipais e privadas da rede de ensino do município de Lajedo Pernambuco. Como também pela convivência diária os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), em que foi possível observar as diversas formas de exclusão em que a escola os submetiam, seja por falta de diálogo com esses, ou mesmo pelo despreparo da gestão em tornar o ambiente escolar um espaço em que “todos tenham voz”. Tal espaço deve ter vivências formativa e cidadãs (Dourado, 2003).

Assim, pensando nos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), percebe-se que essa camada da população esteve “historicamente marginalizada do acesso à educação, mas que, principalmente por sua condição de classe dominada, não pode prescindir de uma educação de qualidade, a partir mesmo de sua concepção” (Bernardim, 2006, p. 97).

Inserida à importância que poderia alcançar esse estudo, optou-se por realizar essa pesquisa através da análise profunda da realidade das concepções e práticas da gestão democrática da referida escola, procurando compreender e explorar o fenômeno estudado para que seja possível responder à pergunta problema central dessa investigação que foi: De que forma são implementadas as concepções e práticas de gestão democrática na Escola Padre

Antônio Barbosa – Lajedo /PE – Brasil e quais os seus reflexos nos processos coletivos de participação e decisão dos agentes envolvidos na escola e dos membros da comunidade escolar?

Seguindo esta linha de pensamento, e para responder a problemática levantada nesta pesquisa científica, formula-se como objetivo geral analisar as concepções e práticas de gestão escolar democrática da Escola Padre Antônio Barbosa, Lajedo – PE, para compreensão dos processos coletivos de participação e decisão dos agentes envolvidos na escola e dos membros da comunidade escolar. E os objetivos específicos: investigar a modalidade de escolha e as práticas do gestor da Escola Padre Antônio Barbosa, no intuito de entender suas implicações no processo de gestão democrática; conhecer a proposta pedagógica de gestão adotada na Escola Padre Antônio Barbosa e fazer uma ponte com os conceitos teóricos apontados na revisão de literatura; identificar os mecanismos de participação da comunidade na tomada de decisão criados pela Escola Padre Antônio Barbosa.

A metodologia utilizada nesta investigação possui enfoque qualitativo tipo descritivo. Para recolhimento dos dados, aplicou-se questionários a todos os participantes dessa investigação que foram: alunos, pais, professores, coordenadores e gestor escolar.

Expostos os referidos preâmbulos da pesquisa, o trabalho foi estruturado em quatro partes, conforme dimensionados e integrados numa totalidade, de modo a subsidiar o estudo em sua efetivação. Tem-se assim, a seguinte organização:

Na primeira parte da investigação apresentamos a parte teórica, na segunda parte, apresentaremos o resultado, a análise e interpretação dos dados, onde serão expostas as respostas dos participantes com o questionário, assim como, a análise e interpretação destes dados, por fim, serão apresentadas as nossas considerações obtidas na finalização do trabalho de pesquisa, a partir da análise e interpretação dos dados.

Educação: Concepções Histórica Social

Desde o surgimento da vida na terra, a educação tem sido o caminho encontrado pelas espécies para garantir a sua sobrevivência. Para o homem ela tem um sentido mais amplo, e passa a ser o elo, o meio de inserção numa sociedade competitiva; um dos princípios da economia mundial. A esse respeito, Capra (1996), ressalta que “o paradigma que está agora retrocedendo dominou a nossa cultura por várias centenas de anos, durante os quais modelou nossa moderna sociedade ocidental e influenciou significativamente o restante do mundo” (p. 25).

Pode-se então perceber que, a educação vem ao longo dos tempos passando por profundas transformações, para atender ao novo modelo de sociedade que se instala: a sociedade tecnológica e da inclusão social.

Para (Durkheim apud Morim, 2012, p. 47) o objetivo da educação não é a mera transmissão de conhecimentos, mas a atitude de "[...] criar nele um estado interior e profundo, uma espécie de polaridade de espírito que o oriente em um sentido definido, não apenas durante a infância, mas por toda a vida". Dessa forma, entende-se que educar é ensinar a viver e por isso, implica em incorporar e transformar as informações obtidas em conhecimentos.

Nessa mesma linha de pensamento Gadotti (2014) colabora e fala que: “educar significa potencializar, capacitar, formar para a autonomia” (p. 9). Assim, é pela educação que o ser humano aprende como se criam e recriam as invenções de uma cultura em uma determinada sociedade. Acrescenta Piletti (2013) “que a educação de cada povo depende de seus valores e de sua realidade concreta” (p. 13).

Pensando assim, percebe-se que historicamente a educação sempre foi vista como um bem de consumo, um meio de acesso à sobrevivência financeira de todas as sociedades. Contudo cabe acrescentar que, não existe uma única forma de educação e sendo assim, os indivíduos possuem como já expresso diferentes concepções e expectativas com relação a ela, bem como a sua função social como cita Ponce (1994): “[...]com o desaparecimento dos interesses comuns a todos os membros iguais de um grupo [...] o processo educativo [...], sofreu uma partição: a desigualdade econômica entre os ‘organizadores’ e os ‘executores’ trouxe, necessariamente, a desigualdade das educações respectivas (p. 27).

Dentro dessa expectativa, urge a necessidade de pensar-se que a educação nos dias atuais necessita de contínuas reflexões, sobretudo no que diz respeito às novas práticas pedagógicas que coincide com os novos paradigmas da inclusão social. Contudo, observa-se que os agentes de mudanças no espaço escolar muitas vezes não têm suas propostas aceitas devido às intransigências de outros, principalmente de uma gestão não democrática. Sendo assim, para que novos conceitos se firmem dando lugar às novas formas de compreender a educação, será emergente entender, planejar e pôr em prática, novas ações pedagógicas.

Perspectivas atuais para a educação brasileira

Por meio dos diversos documentos e manifestos em prol de uma educação de qualidade, fomentou o crescimento do sistema educacional brasileiro no qual foram introduzidos novos

conceitos e novas práticas pedagógicas. Entre esses documentos surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), lei 9.394/96, que regulamenta todos os níveis do sistema educacional brasileiro. No seu Art. 1º, cita que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Brasil, 1996). São avanços relevantes porque, dentre outros, traçou os princípios educativos, especificou os níveis e modalidades de ensino, regulou e regulamentou a estrutura e o funcionamento do sistema de ensino brasileiro.

A Lei nº 11.274/06 altera a redação dos Art. 29, 30, 32 e 87 da Lei de Diretrizes e Base da Educação, Lei nº 9.394/96 e estabelece a obrigatoriedade da duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Essa alteração se deu, pelo entendimento de que ainda havia um número bastante relevante de crianças fora da escola, por não haver vagas suficientes na educação infantil pública. Com o ensino fundamental de nove anos, garante que essas crianças sejam matriculadas nas escolas, assegurando assim a efetivação do seu direito à educação.

Percebe-se que a atual situação do Brasil na esfera educacional vê-se que essa obrigatoriedade se constitui num dever de mão dupla: se por um lado o poder público tem de oferecer as vagas tanto quanto os cidadãos em idade escolar necessitam, por outro, observa-se que o investimento em novas escolas ainda é precário, e por isso pode-se afirmar que há ainda um número elevado de crianças fora da escola e que a educação ofertada não é de boa qualidade, fruto de uma má formação dos professores, podendo-se verificar na fala de (Paro, 2007, p. 15): “no âmbito dos sistemas escolares de modo geral, um dos traços que tem apresentado permanência marcante nas últimas décadas é o generalizado descontentamento com o ensino oferecido pela escola pública fundamental”.

Assim também corrobora Ripper (1994) que “essa nova escola requer um novo conceito pedagógico, e que os professores assumam uma nova responsabilidade e um papel central como intermediador do processo de aquisição e elaboração do conhecimento” (p. 63). Dentro dessa expectativa pode-se afirmar que a lei por se só não tem surtido efeito esperado, e que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que a sua eficácia seja de fato concretizada. A falta de investimentos em políticas públicas é um dos principais fatores entre outros, para que o que reza a lei consiga atingir seus objetivos, principalmente a reestruturação das escolas como um todo e a formação de gestores escolar na perspectiva democrática.

A gestão democrática

Com o avanço industrial surgiram novos métodos administrativos e também pedagógicos, e nessa trajetória observa-se a contribuição das teorias organizacionais com a administração escolar, isso porque com a expansão da indústria, a escola passa a ter uma demanda maior de cidadãos inclusos em seu espaço, cuja função também é prepará-los a viver nesse novo paradigma. Para Oliveira (2014), um dos papéis da escola é o de socializar conhecimentos, mas também de preparar os seus agentes para o mercado de trabalho: a “função da escola é a socialização para o trabalho, a maioria dos estudiosos da educação, os seus agentes e seu público saltam aos olhos as necessidades de compreender o mundo do trabalho para poder dar a devida conta da educação” (p. 24).

Nos dias atuais, a escola é vista como uma instituição do desenvolvimento de relações humanas e por isso precisa estar atenta à nova geração que vem se formando. Geração essa que vive permeado de tecnologias, com acesso as informações de forma instantânea. Com isso, nasce o comprometimento da escola no sentido de dialogar e debater com os estudantes os problemas que afligem a sociedade, contribuindo para a formação de novas mentalidades. Agindo assim, essa nova geração serão pessoas tolerantes, que respeita as diferenças, os limites de cada um, bem como, de incentivá-los a propor mudanças que comungue com a ideia de um mundo melhor. Esse modelo de sociedade exige um paradigma de educação no qual o ser humano não privilegie culturas, mas deva está aberto à convivência pacífica; daí a importância de uma gestão educativa democrática e compromissada com uma comunidade em que as desigualdades sociais são bastante visíveis. Para Abranches (2013): “os órgãos colegiados têm possibilitado a implementação de novas formas de gestão por meio de um modelo de administração coletiva, em que todos participam dos processos decisórios e do acompanhamento, execução e avaliação” (p. 54).

Já para Veiga (1997) “a gestão democrática exige a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica. Ela visa romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre a teoria e a prática” (p. 18).

A gestão democrática escolar nasce como parte de um processo mais amplo de redemocratização da sociedade brasileira, garantida pela Constituição Federal no Art. 206 e contemplada na LDB. Ambas as leis se apresentam como alternativas para superar o modelo e gestão centralizadoras e antidemocrática que se perpetuou durante década da história da educação brasileira e se constitui como uma forma e apontar-se novas organizações de práticas descentralizadas e participativas tendo como foco o diálogo. “Esse padrão legal que vem a

ecoarem na forma de proposta de gestão da educação vem a se afirmar em meados de 1995, que se inicia a implantação das diretrizes para a democratização dos sistemas escolares e da gestão das escolas” (Marques, 2012, p. 1178). Com isso, a implantação de políticas democráticas na gestão escolar não envolve somente a decisão de seus gestores, mas de todo o conjunto de seus membros. E sendo assim, o ponto de partida para caminhar para a democratização da escola é buscar o conhecimento crítico da realidade na qual ela se insere, para superar os desafios que a mesma está passando.

Paro (1997), comenta que “na medida em que se conseguir a participação de todos os setores da escola nas decisões sobre seus objetivos e seu funcionamento, haverá melhores condições para pressionar os escalões superiores a dotar a escola de autonomia e de recursos” (p. 12).

Nesse pressuposto, uma gestão nessa ótica poderá reverter às relações de poder entre as pessoas, bem como promover a construção e uso das estruturas físicas e a utilização dos recursos tecnológicos. Agindo assim, surge uma organização com potencial para realizar a gestão de pessoas e de recursos em um ambiente sistemático de aprendizagem. Dentro dessa perspectiva o gestor passa a ser aquele profissional que precisa tomar decisões precisas que o leve a ser um bom líder, apto a gerir as demais competências que a sociedade escolar requer.

METODOLOGIA

Com a finalidade de se chegar aos resultados propostos nos objetivos dessa pesquisa, optou-se por uma abordagem qualitativa, especialmente por que esse tipo de abordagem permite uma maior amplitude e clareza na interpretação de dados, além de focar na subjetividade dos participantes, buscando-o esclarecer e interpretar os fenômenos em seus contextos naturais referentes ao processo de Gestão Escolar democrática. De acordo com Triviños (1987), a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. O uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências.

Nesse sentido continuamos a explicar o método dessa pesquisa enfatizando que essa investigação é um estudo de cunho descritivo pois segundo Triviños (1987), quando “uma investigação se baseia na fenomenologia, ela assume caráter essencialmente descritivo” (p.128).

Esse estudo foi realizado na Escola Municipal Padre Antônio Barbosa, situada na Rua Agamenon Magalhães s/n. centro, na cidade de Lajedo – PE. Mediante aporte metodológico, a população dessa pesquisa está composta pelos estudantes da EJA das Fases 3 e 4; todos os professores da escola, pelos gestores e coordenadores. Em relação aos pais, escolheu-se a todos que são também alunos da escola, totalizando 43 (quarenta e três). Portanto, podemos aqui apontar que os participantes dessa investigação foram: gestor, coordenadores pedagógicos, professores, alunos e pais ligados diretamente as turmas de 3 e 4 fases da EJA da referida escola investigada.

A escolha dos instrumentos é uma parte relevante para a pesquisa. Segundo Lakatos (2003), a “seleção instrumental metodológica está diretamente relacionada com o problema a ser estudado; a escolha dependerá de vários fatores relacionados a pesquisa, ou seja, a natureza dos fenômenos, o objeto da pesquisa e outros que possam surgir no campo da investigação” (p.163).

Assim, para que fosse possível responder aos requisitos desse estudo, foram utilizados os instrumentos possíveis que correspondessem ao método, nesse sentido selecionamos os questionários como instrumento de recolhimento de dados.

Os instrumentos utilizados na coleta de dados (questionários) foram previamente encaminhados a (05) cinco professores – Doutores da Universidad Autónoma Asunción- UAA especialistas na temática que abordamos para estudo. Essa parte da investigação se tornou relevante na medida em que pudemos modificar algumas questões sugeridas pelos expertos e assim ter certeza de que os questionamentos atenderiam nossos objetivos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Buscando analisar a gestão escolar democrática da Escola Padre Antonio Barbosa está estruturada e pedagogicamente preparada para trabalhar de acordo com as concepções e práticas legais de uma verdadeira democracia escolar e conseqüentemente responder à pergunta problema e aos objetivos dessa pesquisa apresentaremos nesse capítulo todos os resultados obtidos na coleta de dados e suas devidas interpretações. Para Gil (2008): “os processos de análise e interpretação variam significadamente em função do plano de pesquisa” (p. 156).

Nessa perspectiva adotou-se a decisão de realizar esta análise mediante categorias, já que entendemos que deste modo se oferece uma melhor visão dos resultados obtidos através de um tratamento conjunto, permitindo com isso uma melhor leitura dos mesmos, assim com uma maior clareza. Em definitivo um tratamento mais didático da informação obtida.

O processo que se seguiu para estabelecer as categorias foram as seguintes:

1. Leitura em profundidade dos dados obtidos;
2. Aglomeração das informações obtidas por meio dos instrumentos da pesquisa em função de um eixo temático comum;
3. Nomear esse eixo, isto é, cada explicar categoria.

O produto deste trabalho tem as seguintes categorias:

- a) Investigar as formas de participação dos docentes na tomada de decisão escolar na gestão;
- b) Conhecer a proposta pedagógica de gestão adotada na Escola Padre Antônio Barbosa e fazer uma ponte com os conceitos teóricos apontados na revisão de literatura;
- c) Identificar os mecanismos de participação dos estudantes na tomada de decisão criada pela Escola Padre Antônio Barbosa;
- d) Identificar os mecanismos de participação dos pais na tomada de decisão da gestão escolar.

Dando prosseguimento passa-se a avaliar as informações de cada categoria:

Alunos

Conhecimento dos Estudantes Sobre o Projeto Político Pedagógico

Foi perguntado aos estudantes se eles participaram da elaboração do PPP na escola, e teve-se como resposta por todos os pesquisados que não tinha conhecimento ou que não sabia o que era tal documento democrático como se observa abaixo:

“Não sei o que é Projeto Político pedagógico;

“Nunca ouvir falar de Projeto Político pedagógico”.

A partir desse contexto, um dos problemas apontados é que escola não vem respeitando o que diz a LDB, excluindo a participação dos estudantes na tomada de decisões.

Participação dos Estudantes no Conselho Escolar e o Grêmios Estudantil

Ao perguntar se o gestor informava aos estudantes sobre a importância do Conselho Escolar e o Grêmios Estudantil, os participantes da pesquisa responderam:

“Não sei o que é Conselho Escolar e o Grêmios Estudantil”;

“Não sabia que existi isso não escola”;

“Nunca participei”.

O Conselho Escolar é instituído em todas as escolas públicas e é composto por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras da escola.

O Gestor e o Diálogo com os Estudantes

Dentro dessas concepções foi feito o seguinte questionamentos aos estudantes: O gestor circula pelos ambientes da escola e conversa com você e seus colegas?

“Não, o vejo sair da sala dele”;

“Um pouco, na maioria, às vezes, mais deveria ter mais contato com os alunos”;

“Às vezes, para falar sobre acontecimentos ocorridos na escola”;

Diante do exposto, pode-se notar que o gestor escolar possui entre outras funções, a de dialogar com todos os estudantes, principalmente com os alunos da escola noturna, visto que, eles são os estudantes que tem um melhor potencial de compreender os problemas pelo qual a escola vem passando.

O Ambiente Escolar

Na pergunta feita aos alunos sobre se o gestor *garantia uma escola bonita, agradável e limpa para todos*, os alunos deram a seguinte resposta:

“Sim, porém agradável nem tanto, pois o calor na sala não arejada”;

“Não, por que o gestor até tentar mais os alunos não colabora ”;

Assim percebe-se que as respostas se diferenciam uma das outras, todavia a maioria tem a concepção de que a escola é um lugar público e que todo tem que colaborar. Essa visão se dá pelo entendimento de que a escola sozinha não se sustenta, depende de todos para se manter num ambiente sadio e limpo.

Atividades de Leitura e Lúdicas nas Horas de Intervalos

Ao perguntar os alunos se o gestor promovia atividades de leitura, recreativas, esportivas e brincadeiras nas horas de intervalo, foram dadas as seguintes respostas.

Gráfico 01 - Atividades realizadas de forma lúdica



Fonte: Autora (2017).

Como pode se observar, todos os alunos responderam que o gestor “nunca” realiza atividades lúdicas, talvez porque deixe essa atribuição na concepção dele é apenas do professor ou até mesmo conceber que na EJA, esse tipo de atividade não seja essencial.

Utilização das Tecnologias Presentes na Escola Pelo Aluno

Foi feito a seguinte pergunta aos estudantes: O gestor permite que você e seus colegas tenham acesso a computadores, livros, laboratórios e demais equipamentos da escola? Teve-se como argumentações as seguintes respostas:

“Não, para não quebrar”;

“Não, temos acesso”.

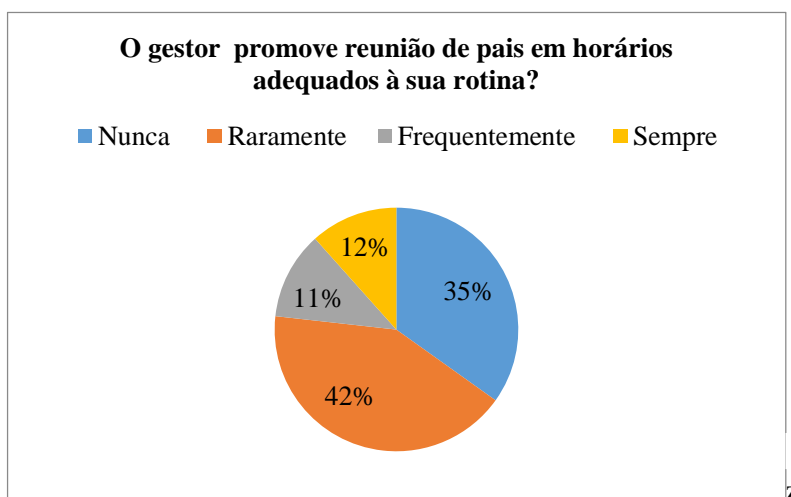
No contexto das respostas obtidas percebe-se que a gestão não possui ainda uma visão de como a tecnologia pode melhorar a aprendizagem desses estudantes

A seguir, analisa-se a fala dos pais

Reuniões Realizadas Pelo Gestor com dos Pais

Foi averiguado com os pais o gestor promove reunião de pais em horários adequados à sua rotina dos mesmos de acordo com o gráfico abaixo:

Gráfico 02: Reunião com o gestor na perspectiva democrática



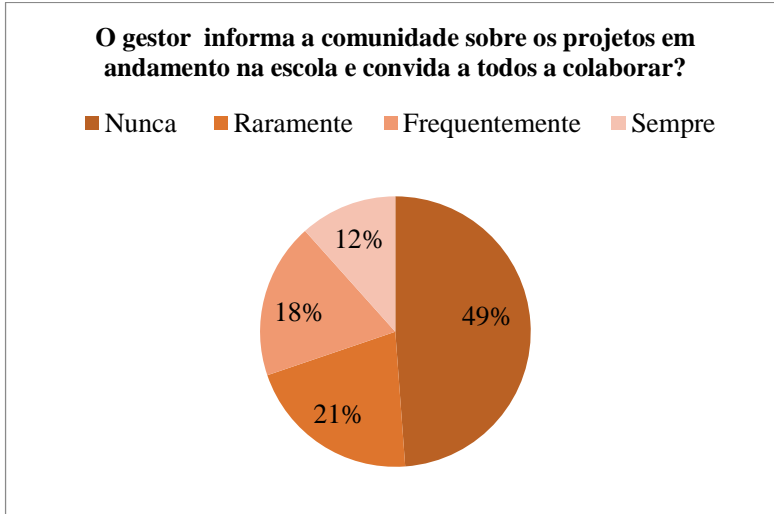
Fonte: Autora (2017).

Como se pode notar, conforme exposto, a maioria dos entrevistados opinaram que o gestor “nunca“ elaborou reuniões pedagógicas em horários adequados a sua rotina, fato que vem comprovar que a participação dos pais, cada vez mais se torna escassa na escola.

Gestor e Comunidade: Os Projetos em Andamento na Escola e a Colaboração de Todos

Foi investigado aos pais o seguinte questionamento: O gestor informa a comunidade sobre os projetos em andamento na escola e convida a todos a colaborar?

Gráfico 03: O diálogo entre gestor e pais



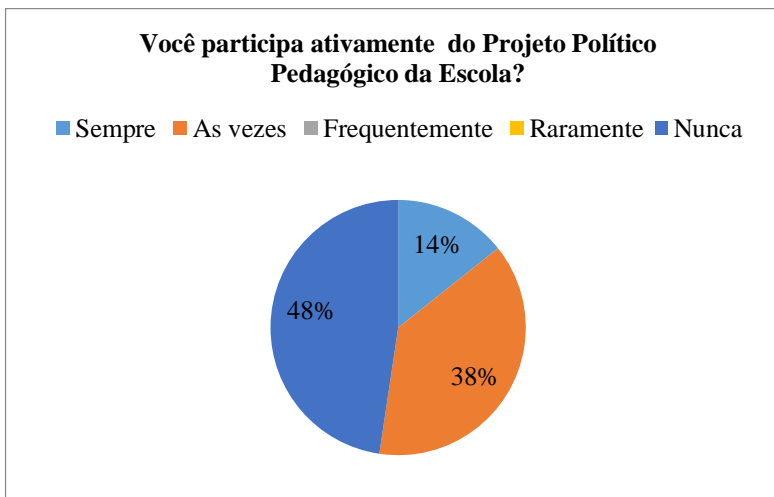
Fonte: Autora (2017).

Segue-se a seguir a análise da fala dos professores

A Participação dos Professores na Construção do Projeto Político Pedagógico da escola

De acordo com o que se espera de uma gestão democrática, perguntou-se aos professores se eles participavam ativamente de Projeto Político Pedagógico da escola. Conforme gráfico abaixo, descreve-se as repostas a seguir:

Gráfico 04: Participação na construção do PPP



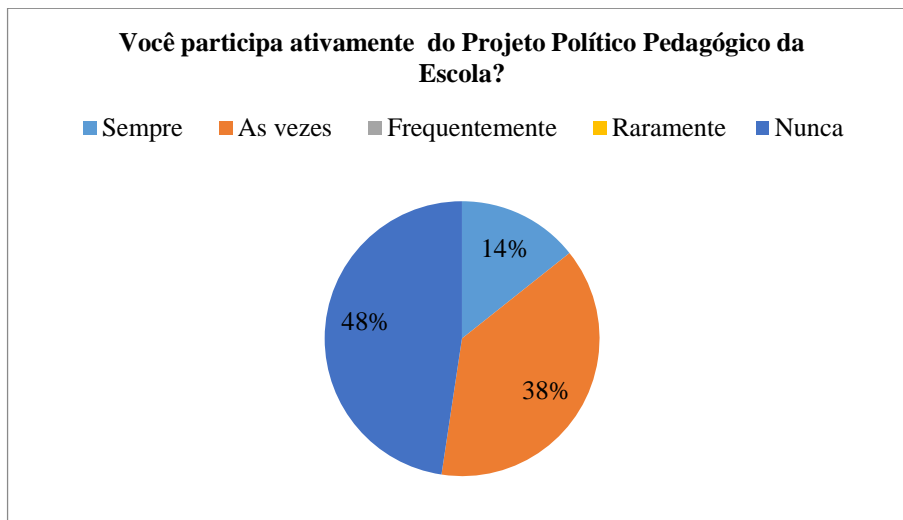
Fonte: Autora (2017).

O gráfico demonstra uma divisão de opiniões referente ao questionamento, visto que é importante relatar que nem todos os professores participam dessa discussão tão importante para a escola.

A Participação dos Professores no Conselho de Classe

De acordo com o que se espera de uma gestão democrática, perguntou-se aos professores se eles participavam ativamente de Projeto Político Pedagógico da escola. Conforme gráfico abaixo, descreve-se as repostas a seguir:

Gráfico 05: Participação na construção do PPP



Fonte: da pesquisadora

Para a compreensão da gestão democrática como direito de participação, precisa-se antes de tudo entender a escola como uma instituição social que, de acordo com a legislação brasileira tem como função primeira a de formar cidadãos para participar conscientemente da sociedade na qual está inserida. Assim, analisamos através dos dados que a maioria dos professores participam ativamente do Projeto Pedagógico da escola.

A Gestão Democrática e Participativa

Nessa ótica de gestão democrática perguntou-se aos professores se o gestor promovia uma gestão democrática e participativa, fundados no bem-estar de todos. Abaixo verifica-se as respostas:

“Vejo uma gestão democrática, mas as vezes sinto dificuldades de participar de atividades organizadas pela gestão”;

“Sim, pois sempre dá oportunidade para que nós enquanto professores, possamos apresentar sugestões para a melhoria da escola”;

A abordagem dessa categoria nos remete a analisar que os professores ainda possuem uma certa dificuldade em participar ativamente dos projetos elaborados pela atual gestão.

Processo de Escolha dos Gestores das Escolas Públicas

Foi perguntado aos gestores e a coordenação a seguinte questão: Que avaliação você faz do processo de escolha dos gestores das escolas públicas, estaduais e municipais? A resposta deu-se dessa forma:

“Na escolha dos gestores estaduais há uma capacitação e após avaliação e nas escolas municipais deveria ocorrer do mesmo jeito”. (GES)

“O mais interessante seria que não houvesse”. (COORD)

“Interferência política. Que realmente fosse escolhido o gestor que tivesse o perfil para tal função”. (COORD)

CONSIDERAÇÕES

A presente pesquisa buscou acerca-se do olhar investigativo para tentar compreender de que forma são implementadas as concepções e práticas de gestão democrática na Escola Padre Antônio Barbosa – Lajedo /PE – Brasil e quais os seus reflexos nos processos coletivos de participação e decisão dos agentes envolvidos na escola e dos membros da comunidade escolar. Nosso pressuposto foi confirmado parcialmente, e se realiza conforme os objetivos específicos da investigação, uma vez que a análise dos dados apontou que a gestão da escola em questão precisa ainda de aprofundamentos pois uma gestão democrática reúne um conjunto de instrumentos formais e de práticas sociais, que, articulados, conseguem determinar uma escola mais democrática. Contudo após se analisar os dados, notou-se que em alguns aspectos a gestão de apresentava antidemocrática e centralizadora.

Em relação ao primeiro objetivo, constatou-se que, há desconhecimento sobre a prática democrática na escola por parte dos alunos e pais. Por outro lado, valida os princípios democráticos apenas para o grupo de professores.

Com relação ao segundo objetivo aponta-se que a elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola ainda se encontra ainda com a participação de poucos, excluindo-se uma boa parcela representativa dos segmentos educacionais

Em relação ao terceiro objetivo, verificou-se que a gestão escolar tem pouca participação no Conselho Escolar, e que a mesma não tem estimulado alunos, pais e professores a atuarem de forma sistemática no grêmio estudantil, e na Associação de Pais e Mestres.

De modo geral pôde-se observar que algumas lacunas são existentes quanto a atuação da gestão democrática, principalmente no diálogo com os alunos da Educação de Jovens e Adultos.

Contudo há de se rever que preparar o estudante para o hoje com a EJA requer antes de tudo uma ação reflexiva, e por isso demanda das instituições de ensino superior, um gestor pronto para dialogar e para promover ações mais atraentes para esse público.

A pesquisa sinaliza que é possível acreditar que uma gestão democrática nas escolas públicas é possível, desde quem está à frente da escola, nesse caso, o gestor esteja disposto a quebrar paradigmas acreditando nas potencialidades e uma escola fundada nos princípios democráticos.

REFERÊNCIAS

- Abranches, M. A. (2013). *Colegiado escolar: espaço de participação da comunidade*. São Paulo: Ed. Cortez.
- Bernardim, M. L. (2006). *Da escolaridade tardia à educação necessária: estudo das contradições na EJA em Guarapuava-PR*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil.
- Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal. Brasília, Brasil. 2008.
- Lei 9394/96 *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, Brasil. 1996
- Capra, F. (1996). *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix.
- Fernandes, L. (2003). *Gestão escolar democrática: a perspectiva dos dirigentes escolares da rede municipal de Goiânia*. Goiânia: Alternativa.
- Durkheim, E. (1985). *Educación y pedagogía. Ensayos y controversias*. Buenos Aires: Losada.
- Gadotti, M. (2014). *Gestão Democrática da Educação com Participação Popular no Planejamento e na Organização da Educação Nacional*. Disponível em: http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigo_moacir_gadotti.pdf. Acesso em 19 set. 2017.
- Gil, A. C. (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa 4. ed*. São Paulo: Atlas.
- Lück, H. (2005). *Gestão educacional: uma questão paradigmática*. Petrópolis: Vozes.
- Rosa, L. (2012). *A descentralização da gestão escolar e a formação de uma cultura democrática nas escolas públicas*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.

- Oliveira, M. T. C. (2014). *A LDB e o contexto nacional: o papel dos partidos políticos na elaboração dos projetos- 1988 a 1996*. Anais do IV Seminário Nacional. Universidade Estadual de Campinas
- Paro, V. H. (1997). *A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola*. São Paulo: Educação e Pesquisa, v. 36 (3), 763-778
- Paro, V. H. (2007). *Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino*. São Paulo: Ática,
- Piletti, C. (2013). *Didática Geral 23. ed.* São Paulo, SP: Ática.
- Ponce, A., P. F. e Pereira, J. (1994). *Educação e luta de classes*. 13. ed. São Paulo: Cortez.
- Ripper, A. V. (1994). *O preparo do professor para as novas tecnologias*. Em: Oliveira, V. B. Informática em Psicopedagogia. São Paulo: Editora SENAC, 55-84.
- Silva, A. N. (1987). *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas.
- Alencastro, I. P. (2003). *Inovações e projeto político-pedagógico: Uma relação regulatória ou emancipatória?* Caderno CEDES, v. 23 (61), 26.